



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

RESOLUÇÃO PGE Nº 3148

DE 15 DE MAIO DE 2012.

ALTERA A MINUTA-PADRÃO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO – SIGA (COMPRAS), NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo n.º E-14/14862/2010 e

Considerando caber à Procuradoria Geral do Estado a supervisão dos serviços jurídicos da Administração Direta e Indireta no âmbito do Poder Executivo (Constituição Estadual, art. 176);

Considerando que a Procuradoria Geral do Estado, no exercício de suas funções, busca um melhor atendimento aos órgãos locais e setoriais do Sistema Jurídico, bem como às Comissões de Licitação, pregoeiros e órgãos julgadores da Administração Pública Estadual;

Considerando que tal atendimento visa orientar os citados órgãos no que diz respeito à elaboração dos editais, estabelecendo padronização sem descaracterizar as peculiaridades de cada licitação e,

Considerando que a elaboração de Minutas-Padrão não exime os órgãos de consultarem a Procuradoria Geral do Estado, se assim o assunto exigir, nos termos do artigo 4º, inciso III, da Lei nº 5.414.09 c/c o artigo 3º, inciso VII, do Decreto n.º 40.500/07

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado o item 2.1 da Minuta-Padrão de Edital de Pregão Eletrônico – SIGA (Compras), que passa a vigorar com a seguinte redação:

“2.1 O objeto do presente pregão eletrônico é a aquisição de (DESCREVER O BEM COMUM), na forma do Termo de Referência.”

Art. 2º - Fica excluído o item 19.2 da Minuta-Padrão de Edital de Pregão Eletrônico – SIGA (Compras).

Art. 3º - Eventuais dúvidas ou esclarecimentos em relação às cláusulas constantes desta minuta-padrão deverão ser formalmente encaminhados à Coordenadoria Geral do Sistema Jurídico (PG-15).

Art. 4º- Esta Resolução deverá ser divulgada mediante a remessa de cópia de seu inteiro teor às Assessorias Jurídicas da Administração Direta e Indireta e, ainda, na página da internet da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 5º - A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2012.

LUCIA LÉA GUIMARÃES TAVARES
Procuradora-Geral do Estado